

Implicações para Portugal da reeleição de Netanyahu: chegou a hora de reconhecer o Estado da Palestina

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Benjamin Netanyahu foi o grande vencedor das eleições legislativas em Israel. Com quase todos os votos contados, o Likud assegurou 30 dos 120 lugares do Knesset, no que constitui uma vitória confortável—e surpreendente—sobre a União Sionista de Isaac Herzog e Tzipi Livni.

Netanyahu terá agora de formar um governo de coligação, o qual possivelmente consagrará uma maior viragem à direita, aliás em linha com a retórica eleitoral. Durante a campanha, o primeiro-ministro abandonou o compromisso de negociar a viabilização de um Estado palestino e prometeu continuar com a política de expansão dos colonatos, reforçando por esta via o rumo de confronto político com os Estados Unidos e a União Europeia (UE).

A continuidade de Netanyahu enquanto primeiro-ministro—partindo do pressuposto de que conseguirá formar a coligação necessária—coincide com a escolha de Fernando Gentilini para representante especial da União Europeia (UE) para o processo de paz no Médio Oriente.¹ Mais importante, a permanência de Netanyahu no cargo conduzirá

quase que obrigatoriamente a uma reavaliação das relações diplomáticas dos EUA e dos Estados-membros da UE com Israel e, por essa via, com a Autoridade Palestiniana. No âmbito deste processo de reavaliação política, Portugal não será certamente uma excepção. Em Dezembro de 2014, a Assembleia da República aprovou uma resolução—subscrita pelo PS, PSD e CDS—que instava o Governo a reconhecer, em coordenação com a União Europeia, o Estado da Palestina. Na altura, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, disse que o Governo era sensível aos apelos do Parlamento e procuraria escolher o momento adequado para reconhecer o Estado da Palestina.

Como já referi quando a Suécia reconheceu o Estado da Palestina, “em Lisboa há um ambiente geral favorável ao reconhecimento da soberania do Estado palestino. No entanto, em vez de um acto isolado, como o sueco, com os custos políticos e diplomáticos que isso implica, a diplomacia portuguesa prefere um acto concertado, i.e. um reconhecimento conjugado com os parceiros europeus, nomeadamente com aqueles que são uma referência nesta questão para Lisboa: Espanha, França e Irlanda”.² É esta preferên-

1 O diplomata italiano actuará também como enviado da UE para o Quarteto para a Paz no Médio Oriente, que integra a Rússia, a ONU, os EUA e a UE. O Quarteto é liderado por Tony Blair desde Junho de 2007, mas a sua continuidade parece estar em causa. Ver Alex Barker, Geoff Dyer e John Reed, “Blair poised to step back as envoy for Middle East peace Quartet” (*Financial Times*, 16 de Março de 2015), pp. 1-2.

2 Paulo Gorjão, “O realinhamento da política externa da Suécia: implicações para Portugal do reconhecimento da Palestina” (*IPRIS Comentário*, No. 9, Novembro de 2014), p. 2.



cia pela concertação que explica a referência na resolução parlamentar à necessidade coordenação com a União Europeia.

Na altura deixei também claro que entendia que “Lisboa poderia—e deveria—assumir, em público e em privado, uma posição política e diplomática mais assertiva e mais activa na defesa do reconhecimento da soberania da Palestina” e que considerava a “a posição assumida por Rui Machete (...) excessivamente estática e defensiva”.³

Isto dito, à luz dos recentes resultados nas eleições israelitas e tendo em conta que Benjamin Netanyahu abandonou o compromisso de negociar a viabilização de um Estado palestino, chegou a hora de Portugal prescindir, se necessário, da sua preferência pela concertação europeia e reconhecer de forma unilateral, tal como a Suécia e nos termos em que Estocolmo o fez, o Estado da Palestina.

Portugal tem à sua frente uma janela de oportunidade que não deve desperdiçar. Estando o actual Governo a entrar nos seus seis últimos meses de mandato, há motivos acrescidos de natureza táctica para que o faça, assumindo por esta via os eventuais custos políticos e libertando o próximo executivo de eventuais reacções negativas. Existindo um amplo consenso partidário, que abrange todo o arco governativo, independentemente de quem venha a ser o próximo primeiro-ministro, a decisão agora tomada será consensual e irreversível.

3 *Idem*, p. 3.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

